



RED DE SEGURIDAD
Y DEFENSA
DE AMÉRICA LATINA

Newsletter

Boletín RESDAL

Año V Número 22 **Mayo 2006**

INDICE

1. Operação Asfixia: O Haiti é aqui (Jorge Zaverucha)

2. América Latina a la mitad del primer decenio del siglo XXI. ¿hacia dónde es el viraje? (Juan Rial)

3. Eventos Destacados

4. Novedades Bibliográficas

5. Listados de miembros de la Junta Directiva y Asociados

Si desea asociarse a RESDAL,
complete el formulario de
registro en:

<http://www.resdal.org.ar/main-regis.html>

RESDAL

<http://www.resdal.org.ar>
<http://www.resdal.org>

El éxito de la MINUSTAH en evitar la guerra civil y la fragmentación territorial, y permitir el desarrollo de un proceso electoral ha colocado como prioridad en Haití la lucha contra la violencia y diversas formas de delincuencia que toman ventaja de situaciones estructurales e institucionales débiles. Pero aún cuando las tareas para la "estabilización" en ese país han cambiado, la misión continúa conformada mayormente por miembros de las Fuerzas Armadas. En algunos países de la región, protagonistas en Haití, se han interrogado por qué las Fuerzas Armadas actúan contra la delincuencia en urbanizaciones marginales en ese país y no lo hacen en el propio.

El rol de las Fuerzas Armadas en torno a las cuestiones de seguridad interior es un debate presente en la América Latina de las últimas décadas. La reflexión en torno a dicho rol comenzó con los procesos de transición a la democracia y los intentos de superación de la Doctrina de Seguridad Nacional y continúa hoy de la mano de nuevos conceptos de seguridad que trascienden las cuestiones estratégico-militares. El rol de las Fuerzas Armadas en seguridad interior está inscripto en una problemática más amplia que es la configuración de su misión. Esto incluye la consideración de la adopción de determinadas doctrinas, la definición de los objetivos de las Fuerzas y la configuración específica de los aspectos organizativos de las mismas.

Los procesos de transición democrática en América Latina han abierto el paso a una agenda que incluye una multiplicidad de temas, como el mencionado debate en torno a la definición del rol de las Fuerzas Armadas. Sin dejar de tener en cuenta las particularidades propias de cada país -y de

Nota del Editor

cada subregión- América Latina posee un marco general de riesgos, desafíos, amenazas y oportunidades que le son comunes. La forma de encararlos va siendo moldeada al compás de los cambios que sufre tanto el sistema internacional como la propia composición regional de poder.

En la actualidad, los diversos procesos políticos en desarrollo generan una expectativa de cambios en la región. Frente a esta situación, realizar un análisis de visión global se presenta como una necesidad en pos de echar luz sobre la incertidumbre relativa a los factores y situaciones que hoy conforman a Latinoamérica y que perfilarán su futuro.

Gustavo Castro

Operação Asfixia: O Haiti é aqui

Jorge Zaverucha

Newsletter

A facção criminosa Comando Vermelho (CV), ao tentar controlar o tráfico de entorpecentes na favela da Rocinha, perdeu, em confronto, seis fuzis para a Polícia Militar do Rio de Janeiro. E dois outros para a facção rival Amigos dos Amigos (ADA). O CV precisava repor tais perdas.

No dia 2 de março de 2006, seis homens armados invadiram um quartel do Exército na zona norte do Rio de Janeiro. Agrediram militares que lá estavam e roubaram dez fuzis FAL 762 e uma pistola. Este não foi o primeiro caso de desaparecimento de armamento das Forças Armadas. Nos últimos cinco anos, 277 pistolas, fuzis e metralhadoras foram surrupiados por bandidos. Apenas 58,6% deste armamento foram recuperados pelos militares.

Este, no entanto, foi o maior roubo praticado contra instalações do Exército. Ficou evidenciado o despreparo militar na proteção de suas próprias instalações. Ferido em seu brio, o Exército partiu para imediata retaliação. De cunho emocional e corporativo, pois não foi precedida de um consistente trabalho de inteligência. Assim, foi deslançada a Operação Asfixia em busca do que o Exército definiu como sendo "nossas armas". Como se elas não pertencessem à população brasileira.

O objetivo era asfixiar a comércio de drogas, cercando morros e controlando suas entradas e saídas. Sufocados economicamente, esperava-se que os traficantes devolvessem as armas roubadas. À medida que o tempo passava e as armas não apareciam, novas favelas foram objeto do cerco militar. Típica tática de guerra. Unidades especiais de combate foram deslocadas de outros estados.

No pico da operação o número de homens empregados superou o contingente enviado ao Haiti para participar da missão da missão de paz da ONU.

O artifício legal usado para dar início desta Operação baseou-se na existência de crime militar de roubo de armas. Abriu-se um Inquérito Policial Militar (IPM), procedimento de natureza administrativa. Através do mesmo, solicitou-se um mandado de busca e apreensão à Justiça Militar. Obtido a autorização judicial, as tropas foram acionadas na qualidade de polícia judiciária militar. Este poder de polícia é, todavia, discricionário, e não arbitrário. Na teoria.

Na prática, o arbítrio começou com a expedição de mandado genérico de busca e apreensão. Em claro confronto com o artigo 178 do Código de Processo Penal Militar, verbis : "o mandado de busca deverá: a) indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do morador ou proprietário; ou no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que a sofrerá ou os sinais que a justifiquem; b) mencionar o motivo e os fins da diligência; c) ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir. Parágrafo único. Se houver ordem de prisão, constará do próprio texto do mandado".

Por este diploma legal fica claro que ordem de violação de domicílio não pode ser expedida coletivamente. Contudo, favelas inteiras foram vasculhadas. Praticou-se uma intervenção federal mascarada, sem o consentimento da governadora do Rio de Janeiro, mediante exorbitação da autoridade

legal. Em vez de se comportar como polícia judiciária, o Exército agiu tal qual tropa de ocupação urbana. E exerceu, ilegalmente, o papel de polícia ostensiva. Para isto, seria preciso autorização por escrito do Presidente da República conforme o artigo 142 da Constituição Federal.

Direitos civis foram violados. O Exército decretou toque de recolher, em algumas favelas a partir das 20h30m, crianças tiveram mochilas escolares revistadas, idosos foram proibidos de sentarem em bancos da praça, alguns moradores se despiram durante a revista. Segundo a presidente da Associação de Moradores do Morro da Previdência, "estamos nos sentindo no Haiti". É impensável, que violação de domicílios fosse realizado, com esta intensidade e abrangência, nos bairros de classe média/rica. A Operação Asfixia comprovou a existência de apartheid social no Rio de Janeiro.

Como as armas não foram encontradas, novas favelas começaram a ser vasculhadas. Até mesmo um tanque de guerra foi estacionado no morro da Mangueira, berço da tradicional escola de samba. Algumas semanas antes, durante o Carnaval, os integrantes desta comunidade tinham sido aplaudidos no Sambódromo. Agora, repentinamente, foram criminalizados coletivamente.

Com o passar do tempo, as armas não apareceram. Os atritos com a população local se avolumaram. A classe média, também, começou a retirar seu apoio, quando o Exército desceu para o asfalto e passou a fazer blitz nos automóveis que saíam do Rio de Janeiro. Em vão. Ficou claro que a Operação Asfixia fracassara. O que fazer?

Para evitar o contínuo desgaste, o Exército procurou uma saída honrosa. A alternativa foi negociar com os traficantes. Os termos do acordo, selado informalmente com o Comando Vermelho, publicado pela Folha de S. Paulo, foi o fim das operações militares nas

favelas; apresentação das armas como se tivessem sido capturadas em área de controle da facção inimiga (ADA); transferência de um líder do CV para um outro estabelecimento prisional. O Exército, obviamente, negou a existência deste acordo. Mas, este não foi o primeiro caso de negociação com traficantes. Em 2004, para recuperar um fuzil furtado do Batalhão Escolha de Engenharia, efetivos do Exército se retiraram da favela Antares em troca da devolução da arma.

Até o momento em que escrevo, o Exército ainda não confirmou tecnicamente se as armas "recuperadas" são realmente as que foram roubadas. Motivo: não há suficiente gel químico no estoque militar para ser aplicado em todas as armas. Este gel é fundamental para reconstituir a numeração do armamento, que foi raspada.

Enquanto isto, dois procuradores do Ministério Público Federal pediram, ao Comandante Militar do Leste, General Domingos Curado, cópias de todos os documentos da operação, como mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Militar. Alegando razões de "segurança nacional", o pedido não foi acatado. Os dois procuradores, então, abriram uma representação criminal contra Curado. O Superior Tribunal Militar, todavia, concedeu hábeas corpus, ao General. Suspendeu-se temporariamente o inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Federal para apurar possíveis atos de improbidade administrativa e danos ao erário.

Anteriormente, o Ministério Público Militar, ao contrário do Ministério Público Federal, considerou a Operação Asfixia como sendo perfeitamente legal. No que foi respaldado pelo ministro da Defesa e pelo Presidente da República que é, também, o comandante-em-chefe das Forças Armadas. Operação Asfixia: típico retrato da semidemocracia brasileira.



RED DE SEGURIDAD
Y DEFENSA
DE AMÉRICA LATINA

Newsletter

América Latina a la mitad del primer decenio del siglo XXI. ¿hacia dónde es el viraje?

Juan Rial

Antecedentes político y socioeconómico: las últimas décadas del siglo XX

Durante las décadas del 60, 70 y parte de los 80, guerrilleros y militares se constituyeron como los principales actores de una confrontación con variada intensidad según el país, recreando el escenario de la Guerra Fría en la marginal América Latina. Los enfrentamientos dados en ese marco, tuvieron un alto costo en términos de fractura social que continúa sin ser saldado en la memoria histórica de cada sociedad. Con las excepciones de Ecuador y Paraguay, el tema de cómo clausurar el pasado sigue siendo parte de la agenda política. En Perú, el enfrentamiento se ubicó durante los 80 y los 90, con un movimiento de ideología maoísta que persiste hoy en día a través de operaciones en remotas partes de la sierra y la ceja de selva peruana. También, en Colombia pervive una confrontación iniciada hacia fines de la década del 40 con raíces que escapan a la lógica de la Guerra Fría, que significó la pérdida de control de una buena parte del territorio en manos de organizaciones armadas y que en la actualidad ha adquirido nuevas formas.

Como parte de dicha etapa histórica, en América Central, se dieron diversos procesos. En Nicaragua se registró el triunfo revolucionario del movimiento Sandinista que fue luego derrotado por una combinación de confrontación armada y política en 1990/1. Guatemala y El Salvador sufrieron fuertes enfrentamientos internos con características de guerra civil. Se registró la insurrección de Santo Domingo en 1965, fue arrasado el régimen de Noriega en Panamá, y Haití, por

su parte, cayó en un estado de crisis permanente del cual aún no ha emergido.

Era tiempo de sustitución de importaciones con un Estado asistencialista que utilizaba esquemas que combinaban el clientelismo tradicional con el "horizontal" para vastos sectores, como lo describía la CEPAL. Era tiempo de inestabilidad política y autoritarismo donde pocos países escaparon a los golpes de Estado y las dictaduras, como Costa Rica y Venezuela. Era el tiempo de la "dictadura perfecta" en México, bajo el control del dominante Partido Revolucionario Institucional. En Latinoamérica, no era tiempo de la democracia como parte sustancial de la agenda política.

Las décadas del 80 y 90 trajeron principalmente dos fuertes cambios. El primero, se refiere a la ola de democratización, casi toda la región se introdujo en procesos de transición democrática, aunque de muy diversa intensidad. El segundo cambio se produjo en el ámbito socioeconómico, la aplicación del llamado consenso de Washington fue la política dominante en la región.

Este "consenso" consistía en un conjunto de medidas recomendadas por los organismos multilaterales de crédito y monitoreo -en especial el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y el Banco Interamericano- que siguieron una ola de cambios registrados en Gran Bretaña bajo el gobierno de Margaret Thatcher y en medidas parciales llevadas a cabo en los Estados Unidos por la administración de Ronald Reagan. Esas medidas, según el

economista John Williamson quien acuñó el nombre para estas políticas, pueden agruparse en 10 categorías: (1) Disciplina fiscal; (2) Reducción del gasto público; (3) Reforma Tributaria; (4) Control de las tasas de interés; (5) Tipo de cambio; (6) Política comercial; (7) Inversión Extranjera Directa (IED); (8) Privatizaciones; (9) Desregulación; (10) Defensa del derecho de propiedad intelectual. El control de la inflación no aparece claramente promovido por el Consenso de Washington, pero las políticas antinflacionarias han sido una consecuencia directa del régimen de disciplina fiscal recomendado. Otras de las consecuencias han sido el crecimiento del desempleo y el incremento concurrente del mercado informal, tampoco explicitadas por el "consenso".

Los países de América Latina a la mitad del primer decenio del siglo XXI:

En la actualidad, transcurrida la mitad de la primera década del siglo XXI, la región parece encaminarse hacia otro rumbo. Nuevos rumbos conviven con viejas etiquetas de derecha, centro e izquierda. Sin embargo, los fenómenos de los que hay que dar cuenta son más profundos.

El ideal de la clase media, no muy alejada de los sectores trabajadores, encuadrada en partidos políticos ha entrado en crisis. Los partidos han perdido el monopolio de la representación legítimamente aceptada por la ciudadanía. Pertenecer a la clase política ha dejado de ser apetecible para buena parte de las elites de la región. Hoy día, poderes fácticos, fragmentados, sin capacidad legal, pero con fuerza compiten, efectivamente, por el poder.

Venezuela:

La asunción de Hugo Chavez marcó el camino reciente en la región con la aplicación de su llamada "revolución bolivariana". El gobierno de Chávez se basa en la utilización de los

mecanismos básicos de la democracia, las elecciones y el uso de los medios masivos de comunicación social para lograr el poder y "representar" a los grandes sectores sociales mayoritarios que son o que se consideran desposeídos. Los recursos provenientes de las exportaciones del petróleo, excepcionalmente altos debido al contexto internacional actual, también constituyen uno de los pilares donde se asienta el gobierno de Chávez. Esto le permite llevar a cabo un denominado "neopopulismo" con una movilización muy limitada de la población y con límites controlados de sus acciones. Si bien la retórica antiimperialista de su gobierno es grande y la oposición a los Estados Unidos marcada, la misma no va más allá del nivel retórico fuerte. En los hechos se trata de un régimen asistencialista con fuerte simbolismo revolucionario.

Brasil:

Cuando Lula triunfó en Brasil, pareció que iba a aparecer un nuevo estilo de gobierno de izquierda. Sin embargo, su condición minoritaria en el Congreso lo llevó rápidamente a la centro izquierda y la práctica de un estilo de política conservador debido a los compromisos asumidos con el partido del Frente Liberal en pos de lograr una mayoría parlamentaria. Las prácticas de corrupción a las que apeló el gobierno sumieron al PT en el desprestigio. Aún cuando el grado de desigualdad social de Brasil representa uno de los mayores de la región, no se registran explosiones sociales como en otros países. Sin embargo, el aumento de la violencia urbana y las confrontaciones a nivel comunal y barrial son manifestaciones del deterioro social. En la actualidad brasileña, los más "desencantados" suelen ser los sectores sociales que creían que la retórica tradicional de la "nueva" izquierda iba a traer una nueva forma de hacer política.

Argentina:

El triunfo presidencial de Néstor Kirchner,

supuso un cambio en el viejo esquema de conducción peronista. El actual presidente ha logrado generarse una fuerte base de poder, aunque no siempre en sintonía con las mejores formas democráticas. La imagen de conductor ha sido fortalecida en base a los éxitos obtenidos de la economía exportadora y a una política plena de símbolos que implicó imponer constantes humillaciones a los militares. Sin embargo, pese a que la deuda con el FMI fue cancelada, y a que el crecimiento de la economía ha sido espectacular, todavía persisten dos problemas: el lento ritmo en que se producen inversiones y el constante crecimiento de la inflación. De cara a las elecciones del año 2007, es factible que el gobierno de Kirchner las afronte exitosamente, pero a pesar de esto, el país sigue estando lejos de lograr la estabilidad y generar un camino de crecimiento sostenido y constante.

Chile:

Este país ha venido experimentando un modelo moderado de aplicación del consenso de Washington. El éxito logrado por este país se debe en parte a su percepción interna y a un muy buen mercadeo exterior, que junto a otros factores han logrado un innegable crecimiento económico constante. No obstante, se sabe que la desigualdad social en Chile es importante. El miedo heredado del fracaso de la Unión Popular y de la represión subsiguiente ha permitido la recomposición de una clase política y dirigente que negocia constantemente, sectores medios que apoyan el régimen y un sector social subalterno que trata de acomodarse en la situación. El régimen chileno se trata de un régimen donde la representación republicana sigue los cánones clásicos y donde no se percibe un descontento social manifiesto.

Uruguay:

Con la asunción presidencial de Tabaré Vázquez se dice que Uruguay viró a la

izquierda, pero un análisis del gobierno actual constata que en realidad lo que ocurrió fue más un cambio de estilo y forma que de sustancia. La aplicación de las políticas gubernamentales son percibidas por buena parte de la ciudadanía como un intento de perpetuar un Estado asistencial difícil de financiar. Uruguay, con más de tres millones de habitantes tiene casi al 10% de su población prestando algún servicio estatal como funcionario y más del 20% de su población como retirados, a los que hay que agregar unas veinte mil prestaciones de un plan de emergencia para indigentes. Este Estado asistencial se sustenta con una alta carga impositiva regresiva, basada en un impuesto a las ventas del 23% y en impuestos a los combustibles del 44%. Frente a esta situación la mayoría de la población se contenta con este estado de cosas, y no es proclive al cambio frente al temor de perder los privilegios propios del Estado asistencial. De todos modos, debe decirse que el desempeño de la economía ha sido bueno en los últimos años.

Bolivia:

El resultado político más espectacular en la región latinoamericana durante el 2005 ha sido el triunfo de Evo Morales en Bolivia. Este triunfo supone la introducción de una dimensión de incertidumbre acerca de cómo se conducirá Morales en el gobierno, poseyendo una abigarrada coalición con intereses contradictorios. El desafío más fuerte que se le presenta al gobierno, en primer lugar, es el problema autonómico que plantea Santa Cruz. Morales frente a este reclamo, y también respondiendo a otros fuertes reclamos del pueblo boliviano, plantea la realización de una asamblea nacional constituyente y referendums autonómicos. Sin embargo, sus votantes exigen cambios inmediatos, que presuponen mejorar su nivel de vida, lo cual

el gobierno no puede proporcionar al carecer de los recursos necesarios para hacerlo. Dado que en el marco actual de relaciones económicas no hay mucho espacio para compensaciones económicas, el nuevo régimen apunta a la política simbólica que busca dar compensaciones no materiales, por la vía de arriesgadas propuestas de cambio político y cambios en el manejo de recursos naturales. Ya se aprobó una nacionalización de los hidrocarburos que no supone expropiaciones y está por aprobarse una ley que expropiará latifundios.

Colombia:

En este país, donde el presidente Uribe parece tener asegurada la reelección, es de esperar la continuación de la política discursiva de confrontación y de solución militar, acompañada de conversaciones de paz y desarme frente al conflicto interno colombiano, y una continuación de las demás políticas llevadas a cabo durante este primer gobierno de Uribe.

Perú:

El resultado final de la elección de junio de 2006 es incierto. El actual mapa político peruano demuestra que no se ha logrado reinstitucionalizar la política luego del período de informalidad de los tiempos de Fujimori. En la segunda vuelta presidencial, Ollanta Humala disputará la presidencia con quien tiene la llave de la elección, Alan García. A este cuadro se suma un personaje no presente: el ex presidente Alberto Fujimori, preso en Chile, pero que obtuvo una bancada importante en las elecciones legislativas. Cualquiera que gane las elecciones debe llevar adelante, aunque sea en política simbólica, un importante cambio de estilo político para lograr evitar el fragmento de la institucionalidad peruana actual.

Ecuador:

En Ecuador la dispersión política es el resultado de la desinstitucionalización que sigue afectando al país. Hoy día la diferenciación regional tiene como efectos

que, en la práctica, el país funcione como una "federación de alcaldías". En tres ocasiones durante los últimos diez años, protestas callejeras focalizadas en ciertos sectores de Quito lograron sacar del poder a jefes de Estado. Esto está remarcado por el hecho de que en cada caso diversos sectores de la clase dirigente, de la clase política y de las Fuerzas Armadas estuvieron de acuerdo en promover las destituciones de los tres presidentes: Bucaram, Mahuat y Gutiérrez.

Honduras:

A fines de 2005, el proceso electoral en Honduras, marcó el pasó de un gobierno de centro derecha marcada a un gobierno de centro derecha moderada debido al triunfo de Mel (Manuel) Zelaya. Todo esto sin generar cambios sustanciales de política. El grado de pobreza de la población sigue siendo el más alto en el hemisferio luego de Haití y se encuentra en línea con la situación boliviana. Sin embargo, no existen en Honduras movimientos sociales antisistema, pudiéndose observar el descontento social en el agravamiento de la difícil situación de la seguridad pública.

Costa Rica:

En Costa Rica logró ser electo nuevamente Oscar Arias, bajo un marco de lento proceso de desintegración de los partidos tradicionales. Esta situación, presagia que este país poco a poco puede ir desliziándose, como los demás, por el camino de una institucionalización de nuevo tipo.

Guatemala:

En Guatemala, el país no ha avanzado en un grado mayor de presencia estatal que permita mejorar la situación de los sectores más desposeídos.

El Salvador:

En El Salvador, a pesar de la polarización manifestada en el resultado de las últimas elecciones, sigue conduciendo el país ARENA, el partido más cercano al sector empresarial.

Nicaragua:

La política nicaragüense continúa siendo un sofisticado juego de caudillismo y personalismo, revestido de una retórica ideológica heredada de la confrontación de los tiempos de la lucha contra el Sandinismo. En este país los niveles de pobreza son altos pero no se registran movimientos sociales antisistema. Las elecciones de octubre próximo son vislumbradas como posible factor de cambio, pero el escenario aún se mantiene indefinido respecto a las mismas.

México:

Las chances de Manuel López Obrador, alcalde de la ciudad de México, de alcanzar la presidencia aparece como la posibilidad de otro gobierno de tinte izquierdista en América Latina. Sin embargo, en la práctica sería un régimen que acentuará el nacionalismo retórico ya que del análisis de la actual situación mexicana -creciente integración económica, física-social, y de infraestructura con Estados Unidos-, no presentará demasiadas variantes ni transformaciones radicales. Sin embargo, en los últimos tiempos el candidato del PAN, Calderón, parece sobrepasar en intenciones de votos a MLO.

A nivel general, el papel de las remesas de los inmigrantes en el exterior es relevante para atenuar las tensiones en varios países de la región. En América Central, éstas constituyen el principal rubro de ingresos y permiten crear un estrato medio-bajo. Así, se genera un entramado de relaciones, que no se planteaba dos décadas atrás, teniendo por referencia no sólo la situación interna sino la acción de sus compatriotas afuera del país. En conjunto, América Latina recibió por remesas, de acuerdo a la estimación del BID, unos 53.600 millones de dólares en el correr del 2005.

Tendencias generales en la región

Gran parte de los problemas indicados para

varios de los países de la región tienen como síntoma la crisis de los partidos políticos, el desprestigio de los integrantes de la clase política, de los parlamentos y más genéricamente de la política concebida tradicionalmente como un espacio donde constantemente se dirimen disputas mediante confrontación y consenso.

En la América Latina de hoy los vínculos Estado-ciudadanía y la capacidad de agregar y articular voluntades por parte de las organizaciones políticas, están cuestionados y, en algunas regiones, es claro que han perdido esa capacidad de representación efectiva. Los partidos quedan reducidos, entonces, a ser meras máquinas del proceso electoral que se ajusta a la ingeniería pensada para hacer efectiva la representación.

Actualmente, la disputa por el poder se da en sociedades altamente desiguales, con baja institucionalidad y con reglas de juego que no son homologables para todos los actores. Más aún, en las sociedades actuales, los partidos interactúan con un sinnúmero de organizaciones sociales y con los ciudadanos de forma independientes a través de intermediaciones que generan los medios de comunicación (opinión pública).

Los partidos políticos funcionan en el contexto de un sistema de partidos, más o menos regulado, que determina incentivos (premios y castigos) que suelen reducirse a las posiciones que se adoptan para obtener mejores resultados electorales. Aún así, esta actividad presenta problemas debido al actual descontento ciudadano. De alguna manera se está en una suerte de campaña electoral permanente, donde apenas se sale de una competencia se trata de lograr mejores

situaciones para lograr un mejor posicionamiento para los comicios venideros.

Los poderes fácticos en más de un caso, siguen sosteniendo sus intereses evitando pasar por el marco estatal o gubernamental. Pero, por otra parte aparecen nuevos actores. Pueden ser los movimientos centrados en la reivindicación de una identidad con muy diversas referencias, entre los cuales lo más relevantes son los indígenas y los que hacen referencia al género, las nuevas formas de representación menos formales, como los movimientos de ciudadanos muchas veces formados en un entorno regional, los que pugnan por construir nuevas formas de expresión ciudadana.

Es cierto que la estructura formal de la democracia implica la competencia electoral y esto asegura a los partidos un espacio. Pero pueden ser "estuches vacíos de contenido", contenedores para la acción de grupos de interés, de "nuevos caudillos" que apelan a nuevas formas de "neo-populismo" que parten de la idea que los recursos estatales son limitados -salvo casos muy excepcionales, como el de los países con abundante petróleo cuyo precio ha subido notoriamente en el mercado internacional- y deben actuar en consecuencia. Por lo general, ante la falta de recursos, que no permite practicar el clientelismo vertical y horizontal del pasado, practican formas de política simbólica, combinadas con alguna atención especial a los sectores menos favorecidos, pero enfrentan el descontento de los debilitados estratos medios.

Ante esta situación se produce la situación de "ciudadanos en fuga". Ellos dejan de interesarse en las actividades formales relativas a la política. Sólo demandan a través de los viejos mecanismos clientelísticos, cada vez más estrechos, aún los de carácter "horizontal" o a través de la protesta. En muchos casos las mismas determinan que se comporten como "mano de obra" no

consciente de diversos intereses. Pero, la mayoría, excluidos de posibles beneficios estatales, desertan, fugan. Pueden hacerlo literalmente, emigrando, aunque no signifique que pierdan su arraigo familiar o territorial de origen, como lo muestra el flujo de remesas, o pueden hacerlo moviéndose en el marco informal de la economía y la sociedad dejando de interesarse por los caminos formales de la integración social.

En buena parte de América Latina, especialmente en la región andina y en algunos de los países centroamericanos los partidos políticos han perdido su centralidad. No sólo no orientan a la opinión pública, sino que, por el contrario, suelen estar orientados o, lo que es más preocupante, son rechazados por ella. La formación de esa opinión pública ahora, en buena parte de los países ha dejado de ser la tarea de los partidos, sino de muy diversos grupos de interés, muchos de ellos encabezados por políticos, que actúan como personalidades muchas a veces al servicio de intereses empresariales. En más de un caso el político es, él mismo, también un empresario. Los partidos han perdido la capacidad de movilización que exhibían en el pasado. No resisten las demandas de corporaciones y grupos de interés, y les es difícil permanecer en la escena política, por lo que mantener su existencia es un desafío constante y tienden a convertirse exclusivamente en máquinas de arrastre electoral, desapareciendo en los períodos entre las consultas populares.

En resumen, el problema básico que afecta a buena parte de la gobernabilidad de la región es la falta de adecuación de las instituciones políticas a los grandes cambios económicos, tecnológicos, sociales y culturales que se han registrado en los últimos años. Para poder entender la actual situación latinoamericana se necesita un marco holístico que comprenda la situación de las instituciones del sistema político, en el contexto de una región que ha registrado cambios tales que hacen que, el



RED DE SEGURIDAD
Y DEFENSA
DE AMÉRICA LATINA

Newsletter

pensamiento dominante en los años 90 sobre la consolidación de las incipientes democracias de América Latina, necesite una fuerte revisión.

¿Hacia donde se dirige América Latina con estos cambios proyectados a partir de resultados electorales que, según la denominación otorgada por algunos actores, llevan a la centro izquierda?

El nuevo marco financiero internacional, a partir del cambio de las relaciones con el FMI, pos pago de la deuda que tenían Argentina (unos 10 mil millones) y Brasil (unos 15000 millones de dólares) ha dejado a Uruguay como el principal deudor de la región, genera que el consenso de Washington empiece a perder capacidad operativa. Esto da la ruptura con la "condicionalidad" impuesta por las organizaciones de monitoreo y crédito y genera que la región en su conjunto entre en una etapa de incertidumbre acerca de cuáles serán las políticas económicas predominantes a seguir.

Chile es claramente el país que sigue su versión de economía abierta, orientada a la exportación, y que constituye un lugar apreciado por parte de los inversores del exterior. A su vez, otros países que dicen no seguir esas políticas, en la práctica, siguen recorriendo el mismo camino. A ello se agrega la continuada importancia de las remesas de los emigrantes que hace que casi todos los países de América Central y el Caribe -con la excepción de Costa Rica- tengan como principal ingreso del exterior a ese rubro, y que sea el segundo de Colombia y Ecuador y tercero de México donde alcanza a unos 20.000 millones de dólares.

En términos macroeconómicos, la región presenta cifras adecuadas, pero la situación social sigue siendo explosiva. América Latina es la región del mundo que posee la mayor desigualdad social con una continua

acentuación de la polarización social y con un 43% de sus habitantes afectados por el flagelo de la pobreza. En este marco, las expectativas acerca de la democracia, por lo general altas, no ayudan. La democracia por si sola introdujo mecanismos para dirimir conflictos por vía de las urnas en lugar de confrontaciones armadas, pero obviamente no puede solucionar los problemas referidos al empleo, la educación, la salud, y la reducción de la pobreza. Ninguna república puede sacrificar los derechos de casi la mitad de la población sin perder legitimidad para su régimen político. En este marco las instituciones formales han perdido relevancia para la masa ciudadana. Existe descontento, aunque realmente no es con la, sino en la democracia. La masa de los habitantes de la región no quieren procesos represivos, o sufrir la pérdida de libertades, pero anhelan un cambio en su situación económica y social: los sectores más pobres, para atenuar sus penurias, y los sectores medios para lograr consolidarse en su muy precaria situación que amenaza llevarlos hacia abajo en la escala social.

¿Qué medidas de macroeconomía se pueden plantear como consenso post - Washington? Admitidos los beneficios de la disciplina fiscal, de la contención del gasto, de ciertas privatizaciones realizadas con controles adecuados, de la instauración de unidades reguladoras de servicios públicos, del establecimiento de bancos centrales con grados de autonomía adecuados, y de simplificar los sistemas impositivos, ¿que debe seguir ahora? ¿Cómo lograr más inversión para asegurar el crecimiento y crear mejores oportunidades de vida para la región?

Hasta ahora el problema central es que la

inversión extranjera ha creado muy poco empleo, pues las iniciativas de tecnología de punta suelen requerir poco personal. Un buen número de personas con habilidades, o al menos con una titulación al respecto, no logra inserción en dichos proyectos. La masa de trabajadores sin habilidades no tiene posibilidad de tener un empleo formal, y pasa a ingresar en ese gran "ejército de reserva" de desocupados y de informales, que trata, simplemente, de sobrevivir en un marco desfavorable. La constante modernización de los sectores económicos, tiene como requerimiento personal mejor entrenado suponiendo empleo genuino para algunos, pero no para todos los que lo quisieran. Pero, también es cierto que la regulación de actividades y su formalización es uno de los débitos fuertes de casi todos los gobiernos y sus equipos económicos. Preocupados por los grandes números, no atienden los problemas sociales que ya han llevado a la quiebra a más de uno de los regímenes políticos de la región, como aconteció en Argentina en el 2001 y en Bolivia en el 2003 y 2004.

Los datos demográficos indican que una clase media cada vez más temerosa del futuro no asegura la reproducción biológica y que la misma queda en manos de los sectores bajos. Pero, este hecho indica que hay en proceso nuevas generaciones de excluidos sociales ¿Qué clase de programas pueden plantearse para reducir la desigualdad social y reducir la exclusión? La idea de implantar una renta básica, un pago parte en especie, en acceso a la salud y educación, más un estipendio mínimo, independientemente de tener o no una ocupación no es factible financieramente por falta de un excedente, de un plus adecuado. Entonces, ¿cómo lograr que haya una ciudadanía social que acompañe a la ciudadanía política? Esto, supondría que se generen recursos necesarios para tener formas de asistencia social adecuada. Por el momento ningún país de la región puede afrontarlo.

La política se "informaliza" tanto como los

mercados laborales y posee expresiones acordes. Pero esta informalización coexiste con las formas políticas tradicionales, con la representación parlamentaria, que suponen la realización de elecciones. Las mismas tienden a dar, cada vez más, resultados poco favorables o claros para la gobernabilidad. El electorado se fragmenta y da como resultado parlamentos donde no hay mayorías que puedan respaldar adecuadamente al Ejecutivo. Frente a este problema surge como posible salida la generación de mayorías fuertes, una suerte de "tiranía de las mayorías" que acaricia la tentación autoritaria. En esta constante duda, si bien se produce crecimiento económico, muchas veces basado en la demanda agregada de ciertos productos básicos, o en el uso más barato de la mano de obra más que en el uso de producción tecnológicamente avanzada, la región no obtiene los recursos necesarios para alcanzar el estilo y calidad de vida que necesita buena parte de la población. Quienes quieren manejar las políticas principales del país apegados a la ortodoxia propia de gerencia, tienen éxito en lograr ese crecimiento, pero no siempre pueden enfrentar con éxito las demandas. Aún cuando esas demandas son meras protestas, que van más allá del contenido reivindicativo económico y entran en el campo de las demandas simbólicas por reconocimiento de status, sea étnico, lingüístico o muchos más veladamente de clase.

Las organizaciones políticas deberían cubrir la brecha entre el manejo ortodoxo de la política económica y esas demandas simbólicas. Unos lo hacen negando las segundas y amparándose en argumentos puramente racionales. Pero como bien se sabe las estadísticas no suelen ser fácilmente convertibles en movilizadores económicos, no despiertan pasiones, y olvidan que la política es sustancialmente sentimiento mientras otros realizan el procedimiento a la inversa. Todavía no se ha logrado una fórmula política que tienda a manejar estas visiones opuestas y



RED DE SEGURIDAD
Y DEFENSA
DE AMÉRICA LATINA

Newsletter

conflictivas.

A pesar de la situación descrita de desinstitucionalización y crisis de gobernabilidad que se da internamente en varios de los Estados de la región latinoamericana, afortunadamente y como resultado de una serie de factores, han desaparecido la mayoría de las amenazas de confrontaciones tradicionales entre los Estados. Actualmente los gastos militares son relativamente bajos, pero no se puede asegurar que el problema haya sido superado. La fuerte dependencia regional frente a la única potencia mundial, situada en el mismo hemisferio, hace que ningún país intente salir del marco en el que la "paz" es la única opción, aún con las excepciones que supone la existencia de un Estado, Colombia, que no controla todo su territorio.

En cambio, la situación de la seguridad pública no es buena. La rápida urbanización de todo el continente y la falta de oportunidades para conseguir ingresos por buena parte de la población excluida, favorece el aumento de la delincuencia, que además adquiere connotaciones cada vez más violentas ante la falta de mecanismos de contención y frente a los intereses cruzados que favorecen estas conductas.



<http://www.resdal.org.ar/presupuestos/main-presupuestos-defensa.html>

Eventos Destacados

Conference: Where can Canada really make a difference? A critical look at neglect and opportunity in Latin America and the Caribbean

21 de abril de 2006. Ottawa, Canadá.

Organizado por Canadian Foundation for the Americas (FOCAL) y Canadian Institute of International Affairs (CIIA).

Seminario Hemisférico sobre Armas Pequeñas y Livianas en América Latina y el Caribe

18 y 19 de abril de 2006. Santiago, Chile.

Organizado por FLACSO Secretaría General y FLACSO-Chile.

Proyecto Armas Pequeñas y Livianas: Una Amenaza a la Seguridad Hemisférica.

Four Assembly “Advancing Democracy: Justice, Pluralism, And Participation”

Del 2 al 5 abril de 2006. Estambul, Turquía.

World Movement For Democracy

Seminario “Debate Nacional sobre Defensa. Aportes Internacionales”

28 y 29 de marzo de 2006. Montevideo, Uruguay.

Organizado por el Ministerio de Defensa de Uruguay – PNUD.

La Seguridad y la Defensa Nacional Frente al Proceso Democrático Peruano: 2006 – 2011

23-25 de marzo de 2006. Lima, Perú.

Organizado por la Universidad Alas Peruanas, la Asociación de Oficiales en retiro de las Fuerzas Armadas y Policía Nacional del Perú y el PASEDE.

Partidos Políticos Peruanos Presentan Propuestas sobre Defensa y Fuerzas Armadas

20 de marzo de 2006. Lima, Perú.

Organizado por el Instituto Nacional Demócrata y el Área de Defensa y Reforma Militar del Instituto de Defensa Legal (IDL).

XXVI International Congress of the Latin American Studies Association

Más de 30 miembros de la Red estuvieron presentes en el congreso de LASA 2006

Del 15 al 18 de marzo de 2006

San Juan, Puerto Rico

Panel Especial de la RESDAL

“Reconstrucción Estatal, Democracia y Seguridad: el caso de Haití”

Moderador: Marcela Donadio, SER en el 2000, ARGENTINA

Comentarista: Juan Rial, PEITHO

- *Estado, seguridad y democracia: El caso de Haití*

Marcela Donadio, SER en el 2000, ARGENTINA



RED DE SEGURIDAD
Y DEFENSA
DE AMÉRICA LATINA

Newsletter

- *Argentina, Brasil y Chile en la reconstrucción de Haití: Intereses y motivaciones de la participación conjunta*

Elsa Llenderozas, Universidad de Buenos Aires, ARGENTINA

- *Segurança e Democracia: A atuação do Brasil no Haiti*

Suzeley Mathias, UNESP, BRASIL

- *El debate sobre la participación latinoamericana en Haití: una visión desde Argentina.*

Luis Tibiletti, SER en el 2000, ARGENTINA

Seminario Internacional “Persecución de Crímenes Internacionales en Colombia y la Corte Penal Internacional”

9 de febrero de 2006. Bogotá, Colombia.

Organizado por la Universidad Externado de Colombia y la Comisión Andina de Juristas.

Auspiciado por el Programa de Seguridad Humana del Ministerio de Relaciones Exteriores del Gobierno de Canadá.

Taller “Perspectivas de la Defensa y las Fuerzas Armadas desde los Partidos Políticos”

16 y 17 de enero de 2006. Quito, Ecuador.

Organizado por el Ministerio de Defensa del Ecuador.

Colaboraron en este número:

Jorge Zaverucha:	Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Juan Rial:	PEITHO, Uruguay

Diseño gráfico y compaginación informática

María Teresa Vera: Directora de Sistemas SER en el 2000 - Argentina

Editor responsable: Gustavo Castro gustavoc@ser2000.org.ar

Novedades bibliográficas

Nuevos artículos de los miembros de RESDAL

La Participación Militar Española en Haití: un Comentario Crítico

José Olmeda

Abril 2006

Salvando la Española

Johanna Mendelson Forman, Chetan Kumar y Charlotte McDowell (The Baltimore Sun)

Febrero 2006

Ponencias presentadas en LASA 2006

- *Estado, seguridad y democracia: El caso de Haití*

Marcela Donadio

- *Democracia en Chile. Instituciones, Representación, y Exclusión*

Claudio Fuentes

- *Argentina, Brasil y Chile en la reconstrucción de Haití: Intereses y motivaciones de la participación conjunta*

Elsa Llenderrozas

- *Segurança e Democracia: A atuação do Brasil no Haiti*

Suzeley Mathias

- *Attention Deficits: Why Politicians and Scholars Ignore Defense Policy in Latin America*

David Pion-Berlin y Harold Trinkunas

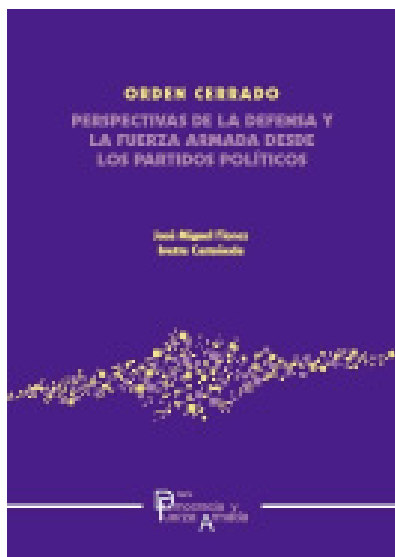
- *El debate sobre la participación latinoamericana en Haití: una visión desde Argentina*

Luis Tibiletti y Gilda Follietti



Publicaciones de miembros
de RESDAL

Newsletter



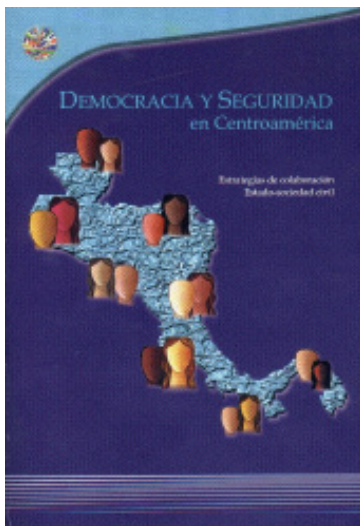
Orden Cerrado. Perspectivas de la Defensa y la Fuerza Armada desde los Partidos Políticos.

José Miguel Florez, Ivette Castañeda (Instituto de Defensa Legal, IDL)



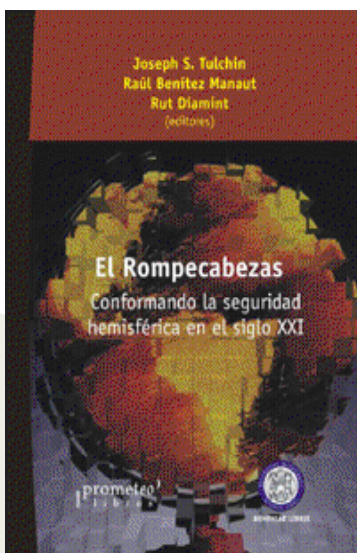
Brazil's Cooperative Leadership in Southern Latin America's Security Policies

Daniel Flesmes. Editorial dissertation.de - Verlag im Internet GmbH. Hamburgo, 2006. 330 páginas.



Democracia y Seguridad en Centroamérica, estrategias de colaboración Estado-sociedad civil.

Publicación del Programa Centroamericano para el Fortalecimiento del Diálogo Democrático de la OEA y WSP Internacional, con la Cooperación del Real Ministerio de Asuntos Exteriores de Noruega. Guatemala, 2006. 290 páginas.



El Rompecabezas. Conformando la Seguridad Hemisférica en el Siglo XXI

Tulchin Joseph S., Benítez Manaut Raul y Diamint Rut. Editorial Bononiae Libris y Prometeo Libros. Buenos Aires, 2006. 534 páginas.



Newsletter



Cuba's Military 1990-2005 : Revolutionary Soldiers during Counter-Revolutionary Times

Kleplak Hal. Studies of the Americas. Editorial Palgrave Macmillan. 2005. 352 páginas.

Listados de miembros de la Junta Directiva y Asociados

Junta Directiva

- Bernardo Arévalo de León (Organización de las Naciones Unidas, Guatemala)
- Roberto Cajina (Centro de Estudios Políticos, Nicaragua)
- Pablo Celi de la Torre (Universidad Central, Ecuador)
- María Celina D'Araujo (Fundación Getulio Vargas, Brasil)
- Margaret Daly-Hayes (EBR Associates, Estados Unidos)
- Marcela Donadio (SER en el 2000, Argentina)
- Claudio Fuentes (FLACSO, Chile)
- Jaime Garreta (SER en el 2000, Argentina)
- Louis Goodman (American University, Estados Unidos)
- Harold Klepak (Royal Military College, Canadá)
- Alejandra Liriano (FLACSO, República Dominicana)
- Ernesto López (Universidad Nacional de Quilmes, Argentina)
- Johanna Mendelson Forman (United Nations Foundation, Estados Unidos)
- Enrique Obando (IDEPE, Perú)
- José Antonio Olmeda (Universidad Nacional de Educación a Distancia, España)
- Juan Rial (PEITHO, Uruguay)
- Francisco Rojas Aravena (Secretaría General FLACSO, Chile)
- Christopher Sabatini (Council of the Americas, Estados Unidos)
- Héctor Saint-Pierre (Centro de Estudios Latinoamericanos-UNESP, Brasil)
- Leticia Salomón (Centro de Documentación, Honduras)
- Gustavo Suárez Pertierra (Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, España)



Miembros asociados

Alemania

- Klaus Bodemer
- Andreas Boeckh
- Daniel Flandes
- Detlef Nolte
- Michael Radseck

Argentina

- Edgardo Abramovich
- Juan Belikow
- Jorge Paulo Botta
- Néstor Fabián Canteros
- Gabriel Conte
- Andrea Chiappini
- Gastón Chillier
- Sandra De Rose
- Khatchik Derghoukassian
- María Pía Devoto
- Rut Diamint
- Pablo Dreyfus
- Gilda Follietti
- Fernando Jorge García
- Guillermo Gasió
- Hebe Gazzotti
- María Rosa González
- Diego Gorgal
- Leonardo Hekimián
- Elsa LLEncoderozas
- Pablo Martínez
- Juan C. Melián
- María Cristina Montenegro
- Sebastián Muñoz
- María Eva Muzzopappa
- Manuel Noya
- Inés Rodríguez
- Ricardo Runza
- Marcelo Saín
- Thomas Scheetz
- Gustavo Sibilla
- Carina Solmirano
- Jorge Szeinfeld
- Luis Tibiletti
- Juan Gabriel Tokatlián
- José Manuel Ugarte
- Luis Uriondo
- Julio Vara
- José María Vázquez Ocampo
- Pedro Villagra-Delgado

Newsletter

Bolivia

- Daniel Atahuachi Q.
- Rommel Morón Romero
- Ramiro Orias
- José Fernando Pérez Reyes-Ortiz
- Juan Ramón Quintana

Brasil

- Edisom Rogerio Aidas Hott
- Alexandre Barros
- Thomaz G. Costa
- René Armand Dreifuss
- Denise García
- Carlos Wellington Leite de Almeida
- Suzeley Kalil Mathias
- Shiguenoli Miyamoto
- Salvador Raza
- Eliézer Rizzo de Oliveira
- Jorge Zaverucha

Canadá

- Paz Buttedahl
- Jordi Díez
- Brian R. Selmeski

Colombia

- Adriana Aristizabal
- Gustavo Aristizabal
- Jairo Clopatofsky Ghisays
- Juan Carlos Eastman Arango
- Luis Fernando García Arenas
- Vladimir Juyar Baquero
- Juan Fernando Londoño
- Michel Martínez Poinset
- Carina Peña
- Catalina Perdomo
- Saúl Mauricio Rodríguez Hernández
- Iván Rubianogroot
- Uriel Eduardo Torres
- Vicente Torrijos
- Alejo Vargas

- Luis Fernando Velásquez

Costa Rica

- Daniel Baldizón
- Paul Chaves C.
- Carlos Murillo Zamora

Cuba

- Isabel Jaramillo Edwards

Chile

- David Álvarez Veloso
- Rodrigo Bugueño
- Eugenio Cruz
- Cristian Chateau
- Jaime García Covarrubias
- Carlos Gutiérrez
- Guillermo Holzmann
- Alejandro Iturra
- Cristian Leyton
- Miguel Navarro Meza
- Claudio Ortiz Lazo
- Guillermo Pattillo
- Raúl Sohr Biss

Ecuador

- Marcelo Tomás Salvador Acosta
- Rocío Aguinaga Aillón
- Napoleón Alvarado
- Dolores Bermeo
- Adrián Bonilla
- Fernando Bustamante
- Inés Cevallos Breilh
- Claudia Donoso
- Bertha García Gallegos
- Oswaldo Jarrín R.
- Alberto Molina Flores
- Rodrigo Montaluisa Vivas
- Hernán Moreano
- Diego Pérez Enríquez
- Mario Ramos
- Luis Eduardo Zaldumbide

El Salvador

- Doris Castro
- Ricardo Córdova M.

- Antonio Martínez-Uribe

España

- Sonia Alda
- Carlos Barrachina
- Antonio Díaz
- José García Caneiro
- Rafael Martínez
- Román Ortiz Marina
- Isidro Sepúlveda Muñoz
- Narcís Serra
- Gemma Xarles

Estados Unidos

- Felipe Agüero
- Thomas Bruneau
- Eva Busza
- Richard Downie
- J. Samuel Fitch
- Laurie Freeman
- William Godnick
- Adam Isacson
- Stephen Johnson
- Gerardo Le Chevallier
- Kristina Mani
- Gabriel Marcella
- David Mares
- Charles Moskos
- Patricia Olney
- Orlando J. Pérez
- David Pion-Berlin
- Esther Robinson
- Silvana Rubino-Hallman
- Mark Ruhl
- Joseph S. Tulchin
- George R. Vickers

Guatemala

- Gabriel Aguilera
- Verónica Chapetón
- Carmen Rosa de León
- Patricia González
- Iduvina Hernández Batres
- Francisco Jiménez
- Mario A. Mérida G.
- Guillermo Pacheco



Newsletter

- Miguel Ángel Sagone
- Ana Glenda Tager
- Manolo Vela
- Emilio A. Villagrán Campos

Holanda

- Willemijn Keizer

Honduras

- Julieta Castellanos
- Jorge Ramos

Italia

- Stefano Pettinato

México

- Jesús Aranda Terrones
- Sigrid Arzt
- Raúl Benítez Manaut
- Marco Vinicio Gallardo Enriquez
- David Mora Cortés
- Etel Zoe Morales Santaella
- María Cristina Rosas
- Gerardo Sánchez Nava
- Jorge Luis Sierra

Nicaragua

- Carlos Arroyo
- Eduardo García
- Javier Meléndez Quiñónez
- Alfonso Rodríguez
- Lilly Soto Vásquez
- Marco A. Valle Martínez

Paraguay

- Juan Francisco Facetti
- Pedro Rolando Ortiz Cabral
- Héctor Rodríguez

Perú

- Gattas Abugattas
- Ciro Alegría
- Soraya Altabas Kajatt
- Jorge Cardich Pulgar
- Jaime Castro Contreras
- Laura Chamorro
- Federico Escalante
- José Miguel Florez
- Paola Fune Zambrano
- Andrés Gómez de la Torre Rotta

- Walter Ledesma
- Helbert Linares
- Marco Loayza
- Hugo Palma
- Fernando Palomino
- Orlando Paredes
- José Robles
- Juan Rodríguez Kelley
- Juan Sheput
- José Antonio Sifuentes
- Ana María Tamayo
- Luis Francisco Thais
- Tania Zúñiga Fernández

Portugal

- Pedro Simões

Puerto Rico

- Jorge Rodríguez Beruff

República Dominicana

- Lilian Bobea
- Jorge De León
- Ramón Martínez Portorreal
- Freddy Sandoval

Uruguay

- Rolando Arbesún Rodríguez
- Manuel Bernales Alvarado
- Félix Besio
- Eduardo Devercelli
- Diego Gonnet
- Julián González Guyer
- Edgardo Martínez
- Ricardo Petrisans
- Karina Pistón

Venezuela

- Luis Alberto Buttó
- Hernán Castillo
- Inés Guardia
- Domingo Irwin G.
- Juan Eduardo Romero Jiménez